



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

Apresentação: 29/05/2023 11:07:44,243 - Mesa

RIC n.1509/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2023
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, Rui Costa, informações a respeito do trâmite burocrático que precisa ser realizado pelo Ministério da Fazenda, sob pena de prejuízo de ao menos R\$ 1,5 bilhão, caso não seja viabilizado.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações ao Excelentíssimo Senhor **Ministro Da Casa Civil**, Rui Costa, para prestar os seguintes esclarecimentos a respeito do trâmite burocrático que precisa ser realizado pelo Ministério da Fazenda, sob pena de prejuízo de ao menos R\$ 1,5 bilhão, caso não seja viabilizado.

1- Considerando o prejuízo de ao menos R\$ 1,5 bilhão, calculado por pessoas ligadas ao Ministério da Fazenda, tomando como base a expectativa de exportações dos produtos de alto valor agregado no ano, questiona-se:

- a) O que aconteceu com o contrato entre a entidade responsável e o governo federal?
- b) O Ministério está em vias de renovar o contrato?

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | ccfc.decom@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230821616700>



* C D 2 3 0 8 2 1 6 1 6 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

Apresentação: 29/05/2023 11:07:44:243 - Mesa

RIC n.1509/2023

b.1) Caso o contrato não seja renovado, já existem estudos para a contratação de nova empresa?

b.2) Qual o prazo para essa contratação?

2- Tendo em vista que no início de abril a ABGF foi retirada pelo presidente Lula do plano de desestatização que tinha sido elaborado durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, questiona-se:

a) Quais são os critérios utilizados pelo governo para avaliar os prejuízos potenciais e tomar a decisão de retirar uma empresa do plano de desestatização?

b) Como o governo pretende garantir a continuidade dos serviços ou atividades desempenhadas pela empresa que foi retirada do plano de desestatização?

c) Quais são as medidas previstas pelo governo para mitigar os possíveis prejuízos decorrentes da exclusão da empresa do plano de desestatização? Quais são os resultados e os impactos esperados para a sociedade com esta proposta?

Incumbe salientar que a solicitação decorre da aprovação do Requerimento nº 207/2023, de autoria do Deputado Nikolas Ferreira, aprovado pelo plenário desta Comissão em reunião extraordinária do dia 24/05/2023.

Sala da Comissão, 24 de maio de 2023.

Deputada **Bia Kicis**

Presidente

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cfc.decom@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230821616700>



* CD230821616700*